

**O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO**

**THE IMPACT OF LATE DIAGNOSIS OF AUTISM SPECTRUM DISORDER ON
WORKPLACE RELATIONS IN THE BRAZILIAN PUBLIC SERVICE**

**EL IMPACTO DEL DIAGNÓSTICO TARDÍO DEL TRASTORNO DEL ESPECTRO
AUTISTA EN LAS RELACIONES LABORALES EN EL SECTOR PÚBLICO
BRASILEÑO**



10.56238/IIIMultiCientifica-026

Lidia Ferreira Mariano da Paz

Mestrado

Instituição: Universidade federal de São João Del Rey

E-mail: lidia.paz@ufsj.edu.br

Orcid: 0000-0002-6816-1893

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3668984284079657>

RESUMO

Este artigo explora os desdobramentos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas relações laborais de servidores públicos no Brasil. Analisa-se a legislação pertinente, a jurisprudência e os desafios enfrentados por indivíduos autistas que descobrem sua condição na vida adulta, bem como as implicações para as instituições públicas. Argumenta-se que a falta de reconhecimento precoce do TEA pode levar a dificuldades significativas de adaptação, saúde mental e desempenho profissional, culminando na necessidade de políticas públicas e institucionais mais eficazes para promover a inclusão e o bem-estar desses servidores. A discussão aborda a importância das acomodações razoáveis e da desconstrução de preconceitos para um ambiente de trabalho mais equitativo e produtivo.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Diagnóstico Tardio. Serviço Público. Inclusão. Relações de Trabalho.

ABSTRACT

This article explores the implications of late diagnosis of Autism Spectrum Disorder (ASD) in the labor relations of public servants in Brazil. It analyzes the relevant legislation, jurisprudence, and challenges faced by autistic individuals who discover their condition in adulthood, as well as the implications for public institutions. It argues that the lack of early recognition of ASD can lead to significant difficulties in adaptation, mental health, and professional performance, culminating in the need for more effective public and institutional policies to promote the inclusion and well-being of these public servants. The discussion addresses the importance of reasonable accommodations and the deconstruction of prejudices for a more equitable and productive work environment.

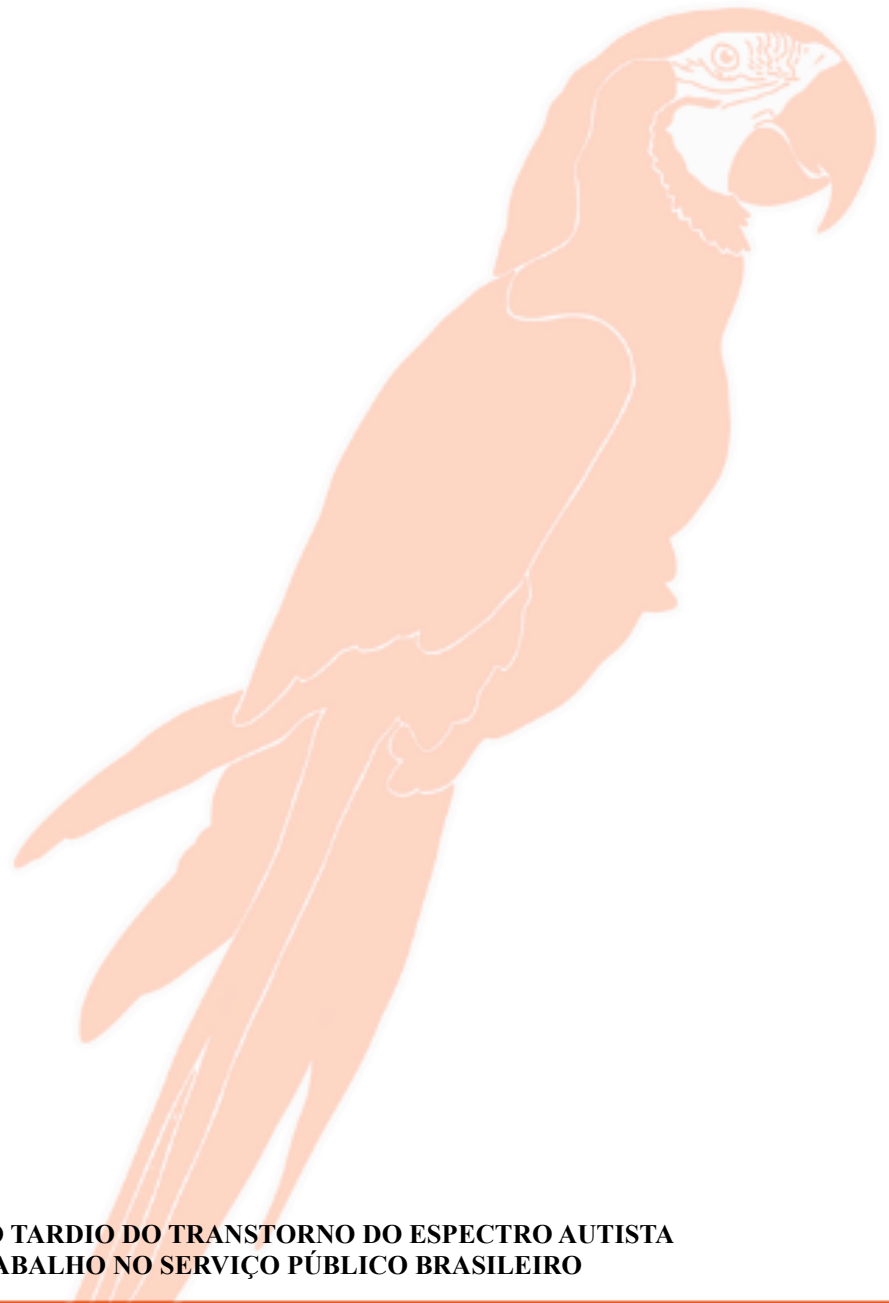
Keywords: Autism Spectrum Disorder. Late Diagnosis. Public Service. Inclusion. Labor Relations.



RESUMEN

Este artículo explora las implicaciones del diagnóstico tardío del Trastorno del Espectro Autista (TEA) en las relaciones laborales de los funcionarios públicos en Brasil. Analiza la legislación, la jurisprudencia y los desafíos que enfrentan las personas autistas que descubren su condición en la edad adulta, así como las implicaciones para las instituciones públicas. Se argumenta que la falta de reconocimiento temprano del TEA puede generar dificultades significativas en la adaptación, la salud mental y el desempeño profesional, lo que pone de manifiesto la necesidad de políticas públicas e institucionales más eficaces para promover la inclusión y el bienestar de estos funcionarios. El análisis aborda la importancia de las adaptaciones razonables y la deconstrucción de prejuicios para lograr un entorno laboral más equitativo y productivo.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista. Diagnóstico Tardío. Servicio Público. Inclusión. Relaciones Laborales.





1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por padrões de comportamento restritivos e repetitivos, além de desafios na comunicação social e interação. Tradicionalmente associado à infância, o reconhecimento do TEA em adultos tem ganhado crescente atenção, revelando uma parcela significativa da população que viveu anos sem compreender suas próprias características e necessidades [1]. No contexto brasileiro, essa realidade se estende ao serviço público, onde servidores com diagnóstico tardio de TEA enfrentam desafios singulares que impactam suas relações de trabalho e seu bem-estar geral.

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos do diagnóstico tardio de TEA nas relações de trabalho no serviço público brasileiro. Para tanto, serão abordados o arcabouço legal que ampara as pessoas com TEA, os desafios impostos pela falta de reconhecimento precoce da condição e as implicações para a inclusão e adaptação desses servidores em seus ambientes profissionais. A discussão visa aprofundar a compreensão sobre a necessidade de um olhar mais atento e de políticas institucionais que promovam a equidade e o suporte adequado aos servidores autistas, contribuindo para um serviço público mais inclusivo e eficiente.

2 O TEA NA VIDA ADULTA E O DIAGNÓSTICO TARDIO

O diagnóstico de TEA na vida adulta é um fenômeno cada vez mais comum, impulsionado por uma maior conscientização sobre o espectro e pela desmistificação de estereótipos. Muitos adultos autistas desenvolveram estratégias de "camuflagem social" (masking) ao longo da vida, aprendendo a imitar comportamentos neurotípicos para se encaixar socialmente, o que frequentemente atrasa o reconhecimento de sua condição [2]. Essa camuflagem, embora funcional em certos contextos, pode gerar um custo psicológico elevado, resultando em exaustão, ansiedade, depressão e burnout [3].

Para servidores públicos, a descoberta do TEA na vida adulta pode ser um divisor de águas. Se, por um lado, o diagnóstico oferece uma chave para a autocompreensão e a busca por direitos e suportes adequados, por outro, ele expõe as lacunas de um sistema que, muitas vezes, não está preparado para acolher a neurodiversidade. A jornada até o diagnóstico é frequentemente marcada por anos de incompreensão, frustração e dificuldades em diversas esferas da vida, incluindo a profissional.

3 ARCABOUÇO LEGAL E DESAFIOS NO SERVIÇO PÚBLICO

O Brasil possui um arcabouço legal que visa garantir os direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, equipara o TEA à deficiência para todos os efeitos legais, assegurando direitos como o acesso ao trabalho e à previdência social. Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência



(Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes para a promoção da inclusão e a garantia de direitos, incluindo a previsão de "acomodações razoáveis" no ambiente de trabalho [4].

No serviço público, a estabilidade do cargo, embora seja um benefício, não isenta o servidor autista de enfrentar barreiras significativas. Ambientes de trabalho com excesso de estímulos sensoriais (luzes fortes, ruídos constantes), comunicação excessivamente implícita ou hierarquias rígidas podem ser desafiadores. A falta de treinamento de gestores e colegas sobre o TEA também contribui para um ambiente pouco acolhedor, onde as dificuldades do servidor podem ser interpretadas como falta de competência ou má vontade [5].

Um ponto crítico é a perícia médica oficial. Servidores com diagnóstico tardio de TEA frequentemente encontram resistência, pois a perícia pode estar mais habituada a avaliar deficiências com manifestações mais visíveis ou diagnósticos estabelecidos na infância. A jurisprudência, no entanto, tem evoluído para reconhecer a validade indeterminada do laudo de TEA (Lei 14.624/2023), reforçando o direito a benefícios como a redução de jornada sem prejuízo da remuneração, conforme decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) [6].

4 IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO

Os impactos do diagnóstico tardio de TEA nas relações de trabalho no serviço público são diversos. A ausência de autoconhecimento e de estratégias de enfrentamento adequadas pode levar a:

- **Dificuldades de Comunicação e Interação Social:** Mal-entendidos com colegas e superiores, isolamento social e dificuldades em trabalhos em equipe.
- **Sobrecarga Sensorial:** Ambientes de trabalho inadequados podem causar estresse, fadiga e dificuldade de concentração, afetando a produtividade.
- **Saúde Mental:** O esforço contínuo para camuflar o TEA e a falta de compreensão do ambiente podem exacerbar quadros de ansiedade, depressão e burnout.
- **Desempenho Profissional:** Embora autistas possam ter habilidades excepcionais em áreas específicas, a falta de adaptações pode prejudicar o desempenho geral e a progressão na carreira.

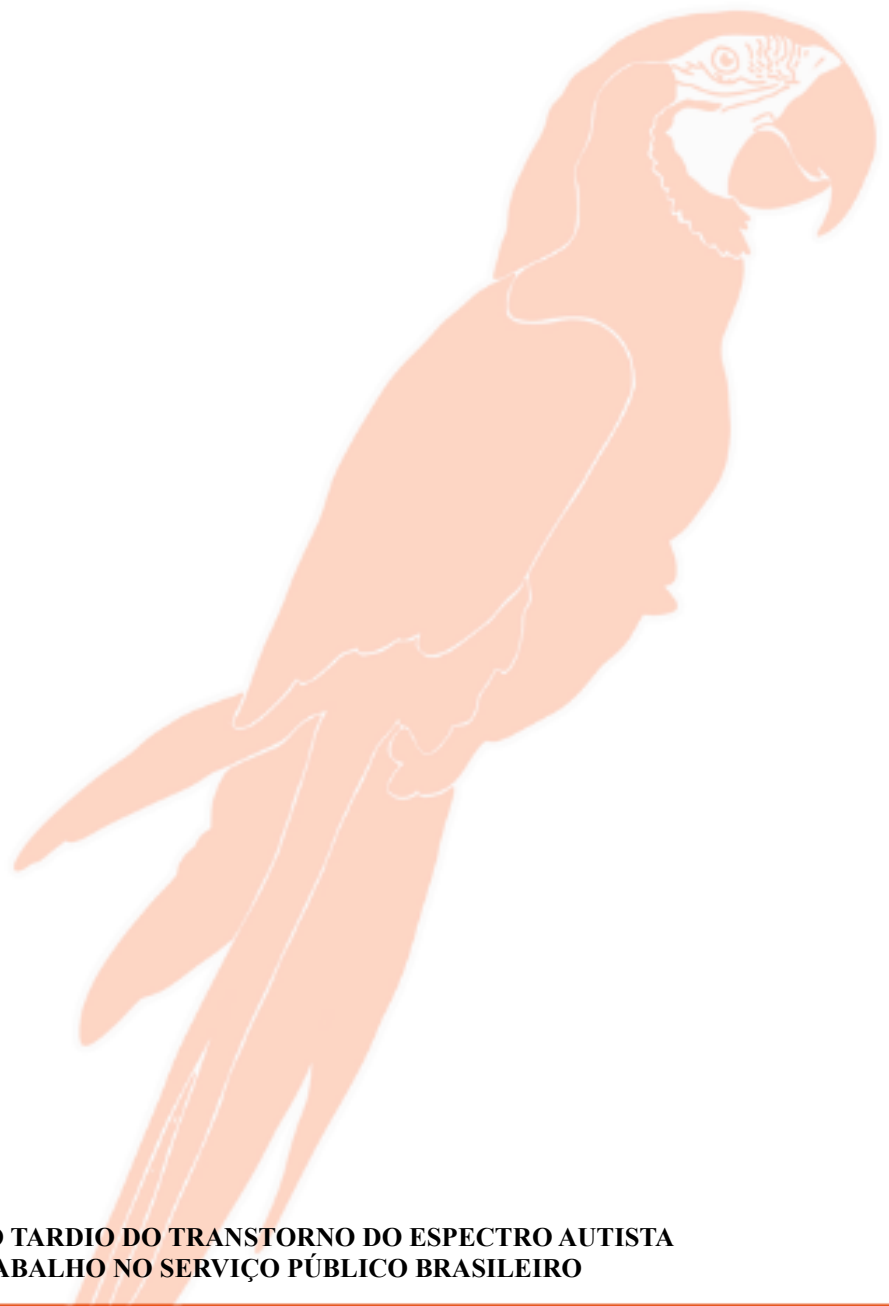
Para mitigar esses impactos, é fundamental que as instituições públicas adotem uma abordagem proativa. As "acomodações razoáveis", previstas na LBI, são essenciais e podem incluir ajustes no ambiente físico, flexibilidade de horários, comunicação clara e direta, e o uso de tecnologias assistivas. Além disso, a capacitação de gestores e equipes sobre a neurodiversidade é crucial para fomentar um ambiente de trabalho mais compreensivo e inclusivo.



5 CONCLUSÃO

O diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista em servidores públicos brasileiros representa um desafio complexo que transcende a esfera individual, demandando uma resposta institucional abrangente. A compreensão dos impactos do TEA nas relações de trabalho, aliada ao reconhecimento do arcabouço legal existente, é o primeiro passo para a construção de um serviço público verdadeiramente inclusivo.

É imperativo que as instituições públicas transitem de um modelo puramente biomédico, focado na patologia, para um modelo social da deficiência, que valoriza a diversidade e busca remover as barreiras impostas pelo ambiente. Isso implica em investir na formação de equipes, na adaptação de ambientes e na desmistificação do TEA, garantindo que servidores autistas, independentemente do momento de seu diagnóstico, possam exercer suas funções com dignidade, bem-estar e plena capacidade, contribuindo para a excelência do serviço público brasileiro.





REFERÊNCIAS

- [1] Andrade, A. R. O. (2025). Impacto social do diagnóstico tardio do TEA em adultos. *Revista Foco*, 18(2), e8660. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/8660/6358>
- [2] Nalin, L. M. (2022). Impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos. *Research, Society and Development*, 11(13), e38175. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/38175/31756/419015>
- [3] TELUS Health. (2025). Neurodivergentes: o impacto do diagnóstico tardio na carreira. Disponível em: <https://www.telushealth.com/pt-br/resources/neurodivergentes-diagnostico-tardio-e-carreira>
- [4] Brasil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm
- [5] Senado Federal. (2025). Especialista explica direitos e desafios no trabalho para pessoas com TEA. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/02/especialista-explica-direitos-e-desafios-no-trabalho-para-pessoas-com-tea>
- [6] Jusbrasil. (s.d.). Redução Carga Horária Servidor Público Autista. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=redu%C3%A7%C3%A3o+carga+hor%C3%A1ria+servidor+p%C3%BAblico+autista>
- [7] Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
- [8] Brasil. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para identificação de pessoas com deficiências ocultas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14624.htm
- [9] Legale. (2025). Servidor Público com TEA: Readaptação e Direito na Adm Pública. Disponível em: <https://legale.com.br/blog/servidor-p%C3%BAblico-com-tea-readaptacao-e-direito-na-adm-publica/>
- [10] Brasil. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm